

MARTINS, L. P. (2012). *UM IMPÉRIO DE PAPEL. IMAGENS DO COLONIALISMO PORTUGUÊS NA IMPRENSA PERIÓDICA ILUSTRADA (1875-1940)*. LISBOA: EDIÇÕES 70.

Inês Vieira Gomes

Leonor Pires Martins, antropóloga, é a autora do livro *Um Império de Papel. Imagens do Colonialismo Português na Imprensa Periódica Ilustrada (1875-1940)*, publicado pelas Edições 70, e já com uma 2.^a edição. (1.^a edição, 2012; 2.^a edição, 2014). O livro conta, ainda, com um posfácio de Manuela Ribeiro Sanches, investigadora do Centro de Estudos Comparatistas da Universidade de Lisboa, e coordenadora do projecto de investigação FCT “Deslocalizar a Europa. Perspectivas pós-coloniais na antropologia, arte, literatura e história”, o qual deu origem, entre outros resultados, a este livro.

Enquadrado na categoria de «Cultura Visual», o livro analisa e explora as imagens publicadas na imprensa periódica portuguesa durante a afirmação e “consolidação” do Império Colonial Português, entre 1875 e 1940. Este dado não é um pormenor. Muito embora o tema do império contemporâneo continue a suscitar várias publicações nos últimos anos, a verdade é que as imagens produzidas neste contexto histórico não têm tido o mesmo destaque que as fontes escritas. As imagens neste livro não servem apenas como meras ilustrações do texto; pelo contrário, o texto é que ajuda a contextualizar as imagens, propondo-se a autora a uma revisitação crítica desta iconografia (Martins, 2012, p. 15). Refutando uma leitura superficial, Leonor Pires Martins problematiza as imagens através dos seus contextos de produção, manipulação e circulação, demonstrando que a imagem não está dissociada da escrita. Este livro insere-se assim numa linha de investigação com pouca tradição em Portugal nas diferentes áreas de saber das ciências sociais: o de analisar a imagem como um objecto em si mesmo (e não como mera ilustração) que, devidamente contextualizado, pode ser analisado criticamente.

O livro divide-se em 5 partes: Imaginar o império (1); Viragem à África e corrida às imagens (2); A ocupação imagética (3); Zoom à África «branca» [sic] (4); No papel e ao vivo: o império em exposição (5). Todos os capítulos são profusamente ilustrados. Num total de 214 páginas, o livro reproduz 312 imagens (cerca de um terço das 900 imagens recenseadas pela autora), disponibilizando ao leitor uma oportunidade rara de ver um considerável número de imagens reunidas conjuntamente com a premissa de que a política também se fazia através da imagem, contemplando uma dimensão ideológica de instrumentalização do conhecimento e da propaganda colonial.

A cronologia do livro rege-se por dois momentos-chave: 1875, ano da fundação da Sociedade de Geografia de Lisboa, uma das principais instituições que promoveu a “corrida a África”, através do patrocínio de diversas expedições, mas também desempenhando

um papel fulcral na afirmação do Império Colonial, através da realização de conferências, mostras e exposições e na publicação de monografias; 1940, uma data simbólica mas que encerra, de certa forma, um ciclo político. Entre 1939 e 1940 são publicados, em cinco volumes, os álbuns *Aspectos das Viagens Presidenciais às Colónias*, que reúnem centenas de fotografias da visita do general Óscar Carmona a Angola, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Moçambique e à União Sul-Africana. Em 1940, realiza-se, também, a Exposição do Mundo Português, exposição que exibiu, em Lisboa, uma grande secção de recriação das aldeias indígenas das províncias ultramarinas e que constituiu a última grande manifestação, pela sua dimensão e simbolismo, do Império Colonial Português (após a I Exposição Colonial Portuguesa, no Porto, em 1934).

A invenção da fotografia – em 1839 e os seus usos nos anos subsequentes – coincide com a definição de impérios coloniais das potências europeias em África e na Ásia. O desenvolvimento tecnológico de um aparelho que captava “a realidade” foi encarado como essencial nas expedições de conhecimento e de exploração territoriais. Numa política de continuidade da fixação territorial e administrativa pela via da força, a fotografia reproduzia um mecanismo, embora mais subtil, de violência colonial, étnica e de género, no intuito de inventariar e registar os locais e os seus habitantes, de forma a conhecer e a melhor explorar uma África ainda desconhecida.

Apesar dos avanços tecnológicos logo nos primeiros anos, a fotografia continuava a ser um processo moroso e caro. Realizar fotografias no seio de expedições em África revelava dificuldades acrescidas: cuidado no transporte dos materiais (não raras vezes partiam-se os negativos em vidro ou os frascos que continham os reagentes químicos); dificuldade em obter água destilada para a revelação das fotografias; e o condicionamento e envio dos negativos para a metrópole. Quando as fotografias chegavam à metrópole nem sempre tinham a qualidade pretendida. Contudo, como de um modo geral, as fotografias se destinavam a ser reproduzidas em gravuras, as possíveis deficiências técnicas eram assim contornadas através do retoque ou acrescento de elementos que melhoravam a composição visual.

A publicação de gravuras na imprensa periódica está intrinsecamente ligada à fotografia. A primeira fotografia divulgada em Portugal data de 1841. O daguerreótipo, de autoria de Francisco Mocenig, foi alvo de notícia, ainda nesse ano, no jornal *O Panorama* (1841, p. 1) que dava conta deste acontecimento reproduzindo a fotografia através de uma gravura.

Embora se enquadre numa das categorias das artes plásticas equiparando-se à pintura, ao desenho ou à escultura, a verdade é que em Portugal a gravura era utilizada especialmente como meio de reprodução de obras de arte. Na imprensa, a gravura assumia-se como meio de reprodução de fotografias, desenhos ou anúncios de publicidade, através de técnicas como fotolitografias, fotozincografias ou heliogravuras. Contudo, este não era um processo de reprodução fiel. Tal como a autora demonstra ao longo do livro, o gravador tinha liberdade de acrescentar ou omitir elementos que não se encontravam nas fotografias de origem. É disso exemplo a figura n.º 39 do livro, uma gravura de autoria de Caetano Alberto publicada na revista *O Occidente* mostrando o retrato de

alguns africanos que participaram na expedição de Serpa Pinto. Como será possível confirmar no livro *Como Eu Atravessei África*, Serpa Pinto encontrava-se originalmente na fotografia, não se sabendo ao certo os motivos que levaram o gravador a não incluí-lo na gravura. Estas referências ao longo do livro revelam a abordagem metodológica assumida pela autora que, ao confrontar diferentes fontes, identifica a prática de manipulação das representações visuais consoante as motivações subjacentes.

Considera-se, ainda, pertinente e louvável a atenção que a autora do livro tem perante as imagens, como é possível constatar, por exemplo, nas figuras n.º 114 e n.º 115. As figuras reproduzem duas gravuras exactamente iguais publicadas na revista *O Occidente* em anos diferentes. Este exemplo revela a necessidade de cruzar fontes, visualizando diferentes suportes. A circulação de imagens era recorrente e, a partir de um estudo mais alargado, é possível encontrar exemplos de imagens exactamente iguais – gravuras ou fotografias – reproduzidas em revistas, livros ou folhetos, em diferentes anos e contextos, mas também para públicos distintos.

A introdução da fotografia na imprensa periódica, livros ou boletins surge tarde. De notar, por exemplo, que o próprio Henrique de Carvalho, após a Expedição ao Mui-tiãnvua, dirigiu o jornal *África ilustrada. Archivo de conhecimentos úteis*, entre 1892 e 1893, periódico que apenas reproduziu gravuras, não publicando fotografias da expedição, muito embora se tenha editado um álbum fotográfico com alguns exemplares. Segundo Leonor Pires Martins, a primeira fotografia impressa – o retrato de Gungunhana no barco a caminho do exílio para a ilha Terceira, nos Açores – foi publicada pela revista *O Occidente*, apenas em 1896, ou seja 57 anos após o advento da fotografia.

Existem outros casos interessantes de fotografias publicadas na imprensa periódica portuguesa revelando imagens de «cenários de guerra» em África, em jeito de reportagem. Em 1907, são publicadas na revista *Ilustração Portuguesa*, fotografias da Campanha dos Cuamatos, muitas delas (embora nem sempre creditadas) de autoria de José Velloso de Castro, um militar ao serviço do Exército Português, autor de uma das mais interessantes e vastas colecções fotográficas em Angola, entre 1904 e 1912, e director da revista *Lusocolonial. Revista de defeza e propaganda* (18 números publicados entre 1927 e 1929) que reproduz dezenas de fotografias; e, em 1908, algumas fotografias das campanhas militares na Guiné entre 1907 e 1908, de autoria de José Henriques de Mello, fotógrafo profissional que se voluntariou na expedição militar, e que colaborou com o Jornal *O Século* e *Ilustração Portuguesa*, propriedade do primeiro jornal.

Ao longo do século XX surgem outros semanários ilustrados, como *O Notícias Ilustrado* (1928-1935) ou *O Século Ilustrado* (1933-1989), que vão publicando algumas imagens do Império, *revestindo-se de uma intenção pedagógica que, sublinhe-se, não pode ser dissociada de uma motivação ideológica que visava a criação de laços entre a população metropolitana e os territórios ultramarinos* (Martins, 2012, pp. 149-150). Aquando da realização da I Exposição Colonial Portuguesa, em 1934 no Porto, e a Exposição do Mundo Português, em 1940 em Lisboa, o número de artigos e imagens sobre o Império Colonial Português aumenta consideravelmente. Mas é sobretudo a Exposição Colonial no Porto que suscita mais interesse na imprensa periódica, facto esse valorizado pela autora.

A I Exposição Colonial Portuguesa teve como um dos principais aspectos a “re-criação” de aldeias com a devida representação indígena (integrando-se na tradição dos “zoos humanos” em voga na Europa). Esse facto não era novo em Portugal já que, em 1932 na Exposição Industrial Portuguesa, no Parque Eduardo VII em Lisboa, foi construída uma aldeia indígena da Guiné, facto que suscitou tanto interesse e algazarra no público que terá sido necessário contar com apoio policial (jornal *O Século*, 1932, p. 3). A presença de “nativos” de todo o Império Português no Porto, em 1934, suscitou não só um número considerável de visitantes mas também a reprodução de inúmeras fotografias. A imprensa periódica reproduziu diversos aspectos das aldeias indígenas, centrando-se sobretudo em mostrar os nativos do Império, facto que mais interesse suscitou na referida exposição. A Exposição do Mundo Português, em 1940, não teve o mesmo eco na imprensa no que toca à “representação indígena”, como conclui a autora.

Um Império de Papel. Imagens do Colonialismo Português na Imprensa Periódica Ilustrada (1875-1940) é um livro consistente e que dá um contributo importante para o estudo da iconografia produzida no contexto colonial português, resgatando imagens que não integram uma memória colectiva nacional. Contributo esse também para uma história de um passado recente que tende a ser construída com a ausência da imagem. Não por falta de fontes, com certeza, já que estas proliferam nos arquivos, nas bibliotecas e nos museus nacionais. De facto, é necessário ressaltar que a iconografia colonial – através de gravuras, fotografias e postais – será, certamente, um dos resultados mais evidentes da produção material e visual do Império. Existem casos pontuais de pintura de temática colonial, mas esta não suscitou um especial interesse nos artistas portugueses dos séculos XIX e XX.

Embora cada vez mais distantes do Império Colonial Português, as imagens produzidas neste contexto perduram em múltiplas formas. O consumo ou a reprodução destas imagens, nos últimos anos, deve-se a um fascínio pelo exótico que, não raras vezes, se confunde com nostalgia e que perdura até aos dias de hoje. Pelo contrário, este livro ao analisar criticamente as imagens, seus contextos de produção, reprodução e manipulação, problematiza a iconografia colonial que não pode ser “lida” apenas superficialmente.

Valerá a pena, contudo, reflectir que papel é que as imagens tiveram. Será que Portugal não era um país de imagem como António Ferro, primeiro director do Secretariado de Propaganda Nacional, lamentava? Que usos é que foram dados às imagens, sejam elas gravuras ou fotografias? Estas tiveram um consumo e um impacto apenas a nível nacional? Ou também tiveram repercussões quer nos territórios colonizados, quer nos outros impérios coloniais? //

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Martins, L. P. (2012). *Um império de papel. Imagens do colonialismo português na imprensa periódica Ilustrada (1875-1940)*. Lisboa: Edições 70.

S/A (1932, 17 de setembro). Os pretos da Guiné estão sendo alvo duma curiosidade, que exige a intervenção enérgica da Polícia. *Jornal O Século*, p. 3.

S/A (1841, 20 de março). *Jornal O Panorama*, p. 1.

NOTA BIOGRÁFICA

Inês Vieira Gomes prepara, atualmente, no Programa PIUDHist no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, o doutoramento sobre fotografia na África Portuguesa entre 1890 e 1940. Trabalhou como investigadora bolsista do Smithsonian Institution, Washington D.C., EUA, no Museu Nacional de Arte Africana – Arquivo Fotográfico Eliot Elisofon e Biblioteca Warren M. Robbins –, e no projeto *Conhecimento e Visão: Fotografia no Arquivo e no Museu Colonial Português (1850-1950)*, coordenado por Filipa Lowndes Vicente, financiado pela FCT, e sediado no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Licenciada em História da Arte e Património pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Mestre em História da Arte, pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, defendeu a tese intitulada *Sociedade Cooperativa de Gravadores Portugueses: o renascimento da gravura em Portugal*. Colabora regularmente com o Sector de Conservação e Investigação do Centro de Arte Moderna da Fundação Calouste Gulbenkian, na pesquisa de conteúdos da coleção.

E-mail: nesgomes@gmail.com

Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

Av. Prof. Aníbal Bettencourt 9, 1600-189 Lisboa

* **Submetido: 19-02-2016**

* **Aceite: 11-03-2016**